

## ÍNDICE

PREFÁCIO À SEXTA EDIÇÃO	5
LISTA DE ABREVIATURAS	7

### PARTE I

#### OS PRINCÍPIOS E OS VALORES FUNDAMENTAIS DA FISCALIDADE

CAPÍTULO I – OPÇÕES NO ENSINO DA FISCALIDADE – CONSIDERANDOS INTRODUTÓRIOS <i>Vasco Branco Guimarães e João Ricardo Catarino</i>	11
CAPÍTULO 2 – TEORIA FISCAL <i>João Ricardo Catarino</i>	15
1. Objetivos da aprendizagem	15
2. Introdução	16
3. Teoria Geral do Imposto	16
3.1. Conceito e tipologia da receita pública	17
3.2. Espécies de Receita Pública: as receitas tributárias – os impostos, as taxas e as contribuições especiais	20
3.2.1. Classificação dos impostos	25
3.2.1.1. Impostos sobre o rendimento, o capital ou o património e sobre a despesa	25
3.2.1.2. Impostos diretos e indiretos	31
3.2.1.3. Impostos Reais e Pessoais	31
3.2.1.4. Impostos de quota fixa e de quota variável	33
4. A ideia de sistema na constituição e na lei	34
5. Três eixos fundamentais prévios ao sistema tributário	35
5.1. A liberdade como pressuposto e condição da ordem tributária	35

5.2. A centralidade da pessoa humana	37
5.3. A ideia de justiça e suas manifestações	38
6. Os dois tipos básicos de justiça: a justiça particular e a justiça geral	42
6.1. A justiça geral	44
6.2. A justiça particular	45
6.2.1. A justiça comutativa	45
6.2.2. A justiça distributiva	46
6.3. A justiça social	49
6.4. Os novos desenvolvimentos da ideia de justiça	51
7. A organização do sistema financeiro	55
7.1. Enquadramento geral	55
7.2. Os valores e os princípios fundacionais do sistema fiscal	59
7.3. O papel dos incentivos fiscais: os fins fiscais e os fins “extra fiscais” dos impostos	60
8. Técnicas de medição dos sistemas fiscais	62
8.1. Nível de Fiscalidade	62
8.2. O Esforço Fiscal	68
8.3. Estrutura Fiscal e Distribuição das Receitas Fiscais	71
9. Bibliografia	78
CAPÍTULO 3 – PRINCÍPIOS GERAIS DA FISCALIDADE	83
<i>Vasco Branco Guimarães</i>	
1. Objetivos da aprendizagem	83
2. O princípio do consentimento	84
3. O princípio da legalidade	91
4. O princípio da igualdade	102
5. Os princípios derivados: tipicidade, proteção da confiança, proporcionalidade, irretroatividade	105
6. Os princípios autónomos: boa-fé, capacidade contributiva	110
7. Conclusões	119
8. Bibliografia	119
CAPÍTULO 4 – AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DOS CONTRIBUINTES	121
<i>Diogo Leite de Campos</i>	
1. Objetivos de aprendizagem	121
2. Introdução	121
3. O (antigo) contrato social e a necessidade dos direitos da pessoa em matéria de impostos	123
4. A pessoa: direitos da personalidade. Eu/tu/nós	123
5. A pessoa e o direito dos impostos	125

## I – OS DIREITOS FUNDAMENTAIS TRIBUTÁRIOS DA PESSOA (PRIMEIRA GERAÇÃO)

6.	O princípio da legalidade integrante do direito à democracia/liberdade – Artigos 1º e 103º, 2º da CR – Princípio democrático e dignidade da pessoa humana	126
7.	Capacidade contributiva – Os direitos à igualdade e à não discriminação – Artigos 13º, 103º e 104º da CR – Princípios da igualdade e da propriedade privada, da repartição justa dos rendimentos e da progressividade	127
7.1.	Os encargos administrativos	129
8.	Isenção do necessário a uma existência em condições económicas dignas – Artigo 1º da CR – Princípio da dignidade da pessoa humana	129
9.	A proibição do confisco – Artigos 1º, 2º e 62º da CR – Princípios da dignidade da pessoa humana, garantia dos direitos fundamentais e direito de propriedade	130
10.	Proibição do estrangulamento tributário – Artigos 1º, 25º e 62º da CR – Princípios da dignidade da pessoa humana, do livre desenvolvimento da personalidade e da propriedade	131
11.	O limite do sacrifício: liberdade individual e pública – Artigos 1º e 2º e 62º da CR	131
11.1.	A jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	132
12.	O princípio da liberdade (autonomia privada) – Artigo 1º, 2º e 62º da CR – Princípio democrático, da dignidade da pessoa humana, do livre desenvolvimento da personalidade e da propriedade privada. Também: normas anti-abuso e preços de transferência	133

## II. OS DIREITOS DA PESSOA A NÍVEL DO PROCESSO E DO PROCEDIMENTO

13.	Previsibilidade/estabilidade – Artigos 1º e 103º da CR – Princípio democrático da liberdade e da previsibilidade	135
14.	Justiça/segurança e procedimento – Artigos 266º e 268º da CR	137
15.	O acesso à justiça – Artigo 10º da CR	137
16.	Princípio da indemnização do sujeito passivo	139
17.	Princípio da participação – Artigo 267º da CR	139
18.	Princípios da caducidade e da prescrição	140

## III. PERSPETIVAS: O ESTADO DE DIREITO DOS CIDADÃOS

19.	Um Direito tributário “ <i>contratualizado</i> ”	140
20.	O Estado, o Direito e os impostos. O novo contrato social	141

## LIÇÕES DE FISCALIDADE

21. O Direito de não pagar impostos ilegais ou inconstitucionais – Artigo 103º da CR	143
22. Arbitragem	144
23. Não litigiosidade	145

## IV – DIREITOS DE SEGUNDA E TERCEIRA GERAÇÕES E IMPOSTOS

24. Direitos de segunda geração	145
25. Direitos de terceira geração	146
26. Conclusões	146
27. Bibliografia	147

## CAPÍTULO 5 – CONSENTIMENTO, EFICIÊNCIA E EFICÁCIA NOS SISTEMAS FISCAIS

153

*Luciano Gomes Filippo*

1. Objectivos da aprendizagem	153
2. Introdução	153
3. Eficiência <i>versus</i> eficácia	157
3.1. No direito financeiro	160
3.2. No direito tributário	161
4. Consentimento ao imposto	164
4.1. Pré-consentimento	165
4.2. Pós-consentimento	169
5. Conclusão	172
6. Bibliografia	174

## PARTE II

### A DINÂMICA DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA. O ESTADO, O CIDADÃO E O IMPOSTO

## CAPÍTULO 6 – A CONSTITUIÇÃO E AS NORMAS FISCAIS. NOÇÃO DE IMPOSTO E TAXA. A RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA

179

*Vasco Valdez*

1. Objectivos da aprendizagem	179
2. A constituição da república e as normas fiscais	179
3. A lei geral tributária e os princípios do sistema fiscal português	182
4. A relação jurídica tributária	188
4.1. Os sujeitos	188
4.1.1. Os sujeitos: personalidade e capacidade tributárias	188
4.1.2. Os sujeitos ativo e passivo	189
4.2. A substituição tributária	189

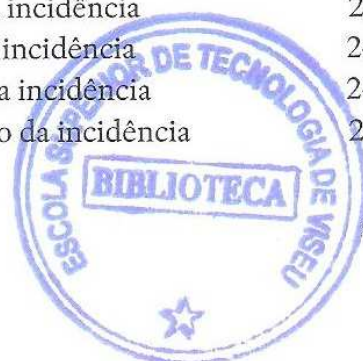
4.2.1. O sujeito passivo e o pagador efetivo	189
4.2.2. A situação dos impostos repercutidos	190
5. Domicílio fiscal	190
6. A solidariedade passiva	191
7. A responsabilidade subsidiária por reversão	192
7.1. Regras gerais	192
7.2. Contra quem pode reverter a execução	192
8. O objeto da relação jurídica tributária	194
8.1. Factos objeto da relação jurídica tributária	194
8.2. Obrigações dos sujeitos passivos	195
8.3. Constituição e alteração da relação jurídica	196
9. Extinção da relação jurídica tributária. O pagamento. A caducidade	196
9.1. O pagamento	196
9.2. A caducidade do direito à liquidação	198
9.3. A prescrição	200
10. Garantias da prestação tributária	201
10.1. As garantias em geral	201
10.2. As providências cautelares	202
10.3. As garantias	202
11. Bibliografia	203

## CAPÍTULO 7 – A TRIBUTAÇÃO DO RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES

205

*Manuel Faustino*

1. Objetivos da aprendizagem	205
2. Introdução ao IRS	206
2.1. A importância financeira do imposto	206
2.2. Características e princípios	207
2.3. O conceito de rendimento e a sua caracterização	209
3. O elemento subjetivo da incidência	212
3.1. Os sujeitos passivos das relações de imposto constituídas no âmbito do IRS	212
3.2. Agregado familiar e sujeição passiva	215
3.3. Sujeição pessoal, de natureza objetiva	219
3.4. Residência parcial	220
4. O elemento objetivo da incidência	223
4.1. A tipificação do rendimento em categorias	223
4.2. O aspeto material do elemento objetivo da incidência	225
4.3. O aspeto espacial do elemento objetivo da incidência	248
4.4. O aspeto temporal do elemento objetivo da incidência	249
4.5. O aspeto quantitativo do elemento objetivo da incidência	252



## LIÇÕES DE FISCALIDADE

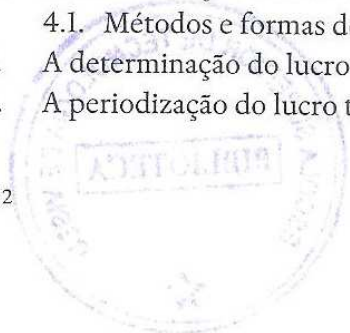
5.	O rendimento líquido total	265
6.	Os aspetos sintéticos do imposto	266
6.1.	O procedimento declarativo como meio normal de determinação do rendimento coletável	266
6.2.	A intervenção da AT no procedimento de determinação da matéria coletável	270
6.3.	A liquidação do imposto: taxas gerais, taxas liberatórias e taxas especiais	271
6.4.	Taxa adicional de solidariedade	273
6.5.	A sobretaxa	274
6.6.	Deduções à coleta	275
6.7.	Procedimento de reclamação prévia sobre o montante das despesas dedutíveis	282
7.	O princípio do imediatismo e o pagamento antecipado: retenções na fonte e pagamentos por conta	284
8.	A liquidação anual e o “acerto de contas”: restituições oficiosas, cobranças complementares e “liquidações nulas”	286
9.	Deveres declarativos	289
10.	Deveres de natureza contabilística	290
11.	Bibliografia geral	290

## CAPÍTULO 8 – O IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS

293

*Helena Pegado Martins*

1.	Objetivos da aprendizagem	293
2.	Introdução	293
2.1.	Génese do Imposto. Características	293
3.	Incidência	295
3.1.	Incidência pessoal	295
3.2.	Incidência real	296
3.2.1.	A noção de lucro	298
3.3.	A extensão da obrigação de imposto	298
3.3.1.	O conceito de estabelecimento estável	301
3.4.	O regime de transparência fiscal	303
3.5.	O período de tributação	305
3.6.	Isenções	306
4.	A determinação da matéria coletável	308
4.1.	Métodos e formas de determinação da matéria coletável	308
5.	A determinação do lucro tributável	312
6.	A periodização do lucro tributável	313



6.1. Vendas e prestações de serviços	315
6.2. O modelo do justo valor	316
7. Os rendimentos e os gastos	317
7.1. Os rendimentos	317
7.2. As variações patrimoniais positivas	317
7.3. Os gastos	319
7.3.1. Encargos não dedutíveis fiscalmente	320
7.4. As variações patrimoniais negativas	324
7.5. Perdas por imparidade em ativos correntes	326
7.5.1. Perdas por imparidade em créditos. Créditos incobráveis	327
7.6. Depreciações, amortizações e perdas por imparidade em ativos não correntes	328
7.7. Provisões	333
7.8. Outros encargos	334
7.8.1. As realizações de utilidade social	334
7.8.2. Quotizações a favor de associações empresariais	336
7.8.3. Donativos	336
7.8.4. Ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis	336
8. O regime das mais-valias e menos-valias realizadas	337
8.1. O regime do reinvestimento	341
9. O regime da <i>Participation Exemption</i>	343
9.1. Isenção de lucros e reservas distribuídos a entidades não residentes	346
10. O regime de dedução de prejuízos	347
11. Breve referência a medidas específicas anti-abuso	351
12. Regimes especiais	353
12.1. O regime especial de tributação dos grupos de sociedades	353
12.2. O regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permuta de partes sociais	356
12.3. O regime simplificado de determinação da matéria coletável	358
12.3.1. Âmbito de aplicação	358
12.3.2. Determinação da matéria coletável	359
12.4. Liquidação de sociedades	360
13. Taxas	361
13.1. Taxas	361
13.2. Derrama estadual	363
13.3. Tributações autónomas	363
14. Liquidação	367
14.1. Crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional	369
14.2. Crédito de imposto por dupla tributação económica internacional	370

15. O pagamento do imposto	371
16. Bibliografia	374
CAPÍTULO 9 – O IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	375
<i>Cidália Lança</i>	
1. Objetivos da aprendizagem	375
2. Imposto sobre o valor acrescentado – natureza e características	375
3. Incidência objetiva do imposto	377
3.1. Transmissão de bens e operações assimiladas	377
3.1.1. Conceito de transmissão de bens	377
3.1.2. Operações assimiladas	377
3.1.3. Operações não sujeitas	378
3.2. Prestações de serviços e operações assimiladas	378
3.2.1. Conceito de prestação de serviços	378
3.2.2. Assimilação a prestações de serviços a título oneroso	379
3.2.3. Operações não sujeitas	379
3.3. Importações	379
3.4. Transações intracomunitárias de bens	380
3.4.1. Regime geral	380
3.4.1.1. Conceito de aquisição intracomunitária de bens	381
3.4.1.2. Operações assimiladas a aquisições intracomunitárias	381
3.4.1.3. Operações assimiladas a transmissão de bens	381
3.4.2. Regimes especiais de tributação nas operações intracomunitárias	382
3.4.2.1. Regime aplicável ao Estado, pessoas coletivas de direito público e sujeitos passivos isentos	382
3.4.2.2. Regime das aquisições intracomunitárias de meios de transporte novos	383
3.4.2.3. Regime das vendas à distância	383
4. Sujeitos passivos do imposto	384
4.1. Conceito de sujeito passivo	384
4.2. Devedores de imposto	384
4.3. Delimitação negativa da incidência	385
4.4. Sujeitos passivos pelas operações intracomunitárias	386
5. Localização das operações	386
5.1. Localização das transmissões de bens	386
5.1.1. Regra geral	386
5.1.2. Regras específicas	387
5.1.2.1. Transmissões antes da importação	387
5.1.2.2. Transmissões a bordo	387



5.1.2.3.	Transmissões de gás, através da rede de gás natural, de electricidade, e de calor ou frio, através de redes de aquecimento ou arrefecimento	387
5.1.2.4.	Transmissões de bens com instalação ou montagem	387
5.1.2.5.	Vendas à distância	387
5.2.	Localização das prestações de serviços	388
5.2.1.	Regras gerais	388
5.2.2.	Regras específicas comuns a serviços prestados a sujeitos passivos e não sujeitos passivos	388
5.2.2.1.	Serviços relacionados com imóveis	388
5.2.2.2.	Transporte de passageiros	389
5.2.2.3.	Serviços de alimentação e bebidas	389
5.2.2.4.	Serviços de acesso a manifestações de carácter cultural, artístico, científico, desportivo, recreativo, de ensino e similares	389
5.2.2.5.	Locação de curta duração de meios de transporte	390
5.2.3.	Regras específicas para serviços prestados a não sujeitos passivos	390
5.2.3.1.	Transporte de bens e serviços acessórios	390
5.2.3.2.	Trabalhos sobre bens móveis corpóreos	390
5.2.3.3.	Serviços de intermediários agindo em nome e por conta de outrem	390
5.2.3.4.	Serviços de carácter cultural, artístico, científico, desportivo, recreativo, de ensino e similares	390
5.2.3.5.	Locação de meios de transporte, que não seja de curta duração	391
5.2.3.6.	Serviços de telecomunicações, de radiodifusão e televisão e serviços por via electrónica	391
5.2.4.	Regra específica para serviços prestados a residentes fora da União Europeia	393
5.2.5.	Regras específicas para serviços cuja utilização ou exploração efetivas ocorram em território nacional	393
5.3.	Localização das aquisições intracomunitárias de bens	394
6.	Facto gerador e exigibilidade	394
6.1.	Nas transmissões de bens e prestações de serviços	394
6.1.1.	Regra geral	394
6.1.2.	Regras específicas	395
6.1.3.	Regra supletiva da exigibilidade	395
6.1.4.	Regime de IVA de caixa	396
6.2.	Nas importações	396
6.3.	Nas aquisições intracomunitárias de bens	396

7.	Isenções	397
7.1.	Isenções nas operações internas	397
7.2.	Isenções nas operações internacionais	398
7.3.	Isenções no comércio intracomunitário de bens	398
8.	Valor tributável	399
8.1.	Transmissões de bens, prestações de serviços e aquisições intracomunitárias de bens	399
8.2.	Importação	400
9.	Taxas	400
10.	Direito à dedução	401
10.1.	Operações que conferem direito à dedução	402
10.2.	Operações excluídas do direito à dedução	402
10.3.	Despesas cujo IVA é excluído do direito à dedução	402
10.4.	Não exclusão do direito à dedução	403
10.5.	Momento em que nasce o direito à dedução do imposto	404
10.6.	Reembolso de imposto	404
10.7.	Dedução do IVA suportado em bens e serviços de utilização mista	405
10.7.1.	Método da afetação real	406
10.7.2.	Método da percentagem de dedução	406
10.8.	Regularizações	407
10.8.1.	Relativas a bens do ativo imobilizado	407
10.8.2.	Relativas às operações realizadas	408
10.8.2.1.	Anulação ou redução de valor	408
10.8.2.2.	Retificações e correções de erros materiais ou de cálculo	408
10.8.2.3.	Créditos incobráveis ou de cobrança duvidosa	408
10.8.2.4.	Regularizações de operações de <i>reverse charge</i>	409
11.	Obrigações dos sujeitos passivos	410
11.1.	Declarativas	410
11.1.1.	Declarações de registo	410
11.1.2.	Declaração periódica	411
11.1.3.	Declaração recapitulativa das operações intracomunitárias	411
11.2.	Pagamento	412
11.3.	Faturação	413
11.3.1.	Obrigação de emissão de fatura	413
11.3.2.	Possibilidade de emissão de faturas simplificadas	414
11.3.3.	Dispensa de emissão de factura	415
12.	Regimes especiais	415
12.1.	Regime especial de isenção	415
12.2.	Regime dos pequenos retalhistas	416

12.3. Regime de tributação dos combustíveis líquidos aplicável aos revendedores	416
12.4. Regime forfetário dos produtores agrícolas	416
12.5. Regime dos tabacos manufacturados	416
12.6. Regime aplicável às agências de viagens e operadores de circuitos turísticos	417
12.7. Regime especial aplicável às transmissões de bens em segunda mão, objetos de arte, de coleção e antiguidades	417
12.8. Regime especial do ouro para investimento	418
13. Bibliografia	418
CAPÍTULO 10 – OS IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÓNIO	421
<i>José Fernandes Pires</i>	
1. O sistema de tributação do património. Introdução	421
2. O sistema de avaliações do IMI	427
2.1. Os coeficientes macro, de enquadramento ou de contexto	428
2.2. Os coeficientes específicos ou individuais	431
2.3. O apuramento do valor patrimonial tributário das construções urbanas	435
2.4. O apuramento do valor patrimonial tributário de outros prédios urbanos	436
2.5. A aplicação do sistema de avaliações do Código do IMI	437
2.5.1. A aplicação inicial aos prédios novos e transmitidos	437
2.5.2. A avaliação geral de prédios urbanos, de 2012	438
2.5.3. A actualização automática do valor patrimonial dos prédios urbanos	439
2.6. A relevância do sistema de avaliações dos prédios urbanos do IMI	440
3. O Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI)	441
3.1. Conceito e tipos de prédios	441
3.1.1. Prédios rústicos e urbanos	442
3.1.2. Prédios mistos	443
3.1.3. Terrenos para construção	444
3.1.4. Prédios urbanos da classe “outros”	445
3.1.5. A classificação de prédios urbanos	445
3.2. Taxas, liquidação e pagamento do IMI	446
3.3. Obrigações acessórias	447
4. O Adicional ao IMI (AIMI)	448
4.1. Incidência real	448
4.2. Incidência pessoal	449
4.3. Valor tributável e taxas	451

4.4. Obrigações acessórias	452
4.5. Liquidação e pagamento	454
4.6. Dedução do AIMI à coleta do IRS	454
4.7. Dedução do AIMI à coleta do IRC	455
4.8. Conclusão	455
5. O Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	456
5.1. O âmbito de sujeição do imposto	458
5.2. O regime dos contratos-promessa de compra e venda de imóveis	460
5.3. Valor tributável	463
5.4. Taxas	464
5.5. Liquidação e pagamento do imposto	465
6. O Imposto do Selo	466
6.1. O Imposto do Selo Sobre as Transmissões Gratuitas de Bens	468
6.1.2. Incidência	469
6.1.3. Taxa.	471
6.1.4. Liquidação e pagamento	471
7. Benefícios fiscais nos impostos sobre o património	472
7.1. Os regimes de não sujeição e de isenção dos prédios adquiridos para revenda e dos terrenos em construção	472
7.2. A isenção dos prédios afetos à habitação própria e permanente	473
7.3. Prédios de reduzido valor patrimonial	474
7.4. Os benefícios fiscais à reabilitação urbana	475
8. Bibliografia	477
CAPÍTULO 11 – IMPOSTOS ESPECIAIS DE CONSUMO (IEC)	479
<i>A. Brigas Afonso e Sérgio Brigas Afonso</i>	
1. Objetivos da aprendizagem	479
2. Introdução	480
3. Noção de Impostos Especiais de Consumo	480
4. Produtos sujeitos a Impostos Especiais de Consumo (IEC)	483
5. Os IEC e o ambiente	483
6. Os IEC como instrumento de combate ao desemprego	484
7. Harmonização dos IEC na União Europeia	485
8. Elementos essenciais do regime de circulação intracomunitária	486
9. Incidência subjetiva	490
10. Incidência objetiva	491
11. Isenções	493
12. Factos geradores e exigibilidade	495
13. Introdução no consumo	497
14. Liquidação e pagamento	498

15. Atraso no pagamento	500
16. Pagamento em prestações	501
17. Reembolso do imposto	502
18. Controlo dos IEC	503
19. Conclusões	506
20. Bibliografia	507

## CAPÍTULO 12- O NOVO IMPOSTO SOBRE VEÍCULOS 509

*Nuno Victorino e João Ricardo Catarino*

1. Objetivos da aprendizagem	509
2. Imposto automóvel – antecedentes da reforma	509
3. Principais deficiências da legislação fiscal automóvel	510
3.1. Principais inovações (C.I.S.V.)	511
4. O I.S.V. – noções básicas	512
4.1. Incidência	512
4.1.1. Subjetiva	512
4.1.2. Objetiva	513
4.2. Base tributável	514
4.3. Facto gerador	514
4.3.1. Facto gerador, outras situações	515
4.4. Exigibilidade	515
4.5. Os Operadores (sujeitos passivos do imposto)	516
4.5.1. O Operador Registado	516
4.5.2. O Operador Reconhecido	516
4.5.3. Os Particulares	517
4.6. Introdução no Consumo	517
4.7. Circulação, fiscalização e controlo	518
4.8. Abandono e venda	518
4.9. Liquidação do imposto	519
4.10. Pagamento	519
4.11. Regimes suspensivos	520
4.11.1. Admissão temporária	520
4.11.1.1. Residência normal	521
4.11.2. Missões, estágios, estudos e trabalho transfronteiriço	522
4.11.3. Funcionários e agentes das Comunidades Europeias e parlamentares europeus	522
4.11.4. Missões diplomáticas e consulares acreditadas em Portugal e seus funcionários	523
4.11.5. Automóveis de aluguer	523
4.11.6. Uso profissional	524

4.11.7. Condições de circulação	524
4.11.8. Expedição e exportação	525
3.11.8.1. Veículos de ensaio	525
4.12. Regimes de isenção	526
4.12.1. Regras gerais	526
4.12.1.1. Reconhecimento	526
4.12.1.2. Circulação	526
4.12.1.3. Intransmissibilidade	527
4.12.1.4. Limitação temporal	527
4.12.1.5. Transmissão por morte	527
4.12.1.6. Tributação residual	527
4.12.2. Isenções especiais	528
5. Conclusão	528
6. Bibliografia	528

### PARTE III

## AS GARANTIAS PROCESSUAIS DOS CONTRIBUINTES E A PATOLOGIA DA RELAÇÃO TRIBUTÁRIA

### CAPÍTULO 13 – AS GARANTIAS PROCESSUAIS DOS CONTRIBUINTES 533

*Jesuíno Alcântara Martins*

1. Objectivos da aprendizagem	533
2. Introdução	534
3. Os meios impugnatórios de natureza administrativa	539
3.1. A reclamação graciosa	539
3.1.1. Os fins e o objecto	539
3.1.2. A legitimidade e a tempestividade	544
3.1.3. A decisão	547
3.2. O recurso hierárquico	553
3.2.1. Os fins e o objecto	553
3.2.2. A legitimidade e tempestividade	555
3.2.3. A decisão	555
3.3. O pedido de revisão da matéria tributável	558
3.3.1. Os fins e o objeto	558
3.3.2. A legitimidade e tempestividade	560
3.3.3. A decisão	562
3.4. O pedido de revisão do ato tributário	563
3.5. O procedimento de correção de erros	566
4. Os meios impugnatórios de natureza judicial	567
4.1. A impugnação judicial	568
4.1.1. Os fins e o objeto	568

4.1.2. A legitimidade e tempestividade	571
4.1.3. A decisão	573
4.2. A oposição judicial	575
4.2.1. Os fins e o objeto	575
4.2.2. A legitimidade e a tempestividade	578
4.2.3. A decisão	579
4.3. Os embargos de terceiro	579
4.4. A reclamação das decisões do órgão da execução fiscal	580
4.5. A ação administrativa especial	583
4.6. A ação para reconhecimento de um direito ou interesse legítimo em matéria tributária	584
4.7. Os meios processuais acessórios	585
4.7.1. Intimação para um comportamento	585
4.7.2. A intimação para consulta de documentos e passagem de certidões	585
4.7.3. A execução de julgados	587
5. A arbitragem	588
6. Conclusões	592
7. Bibliografia	594

#### CAPÍTULO 14 – O REGIME SANCIONATÓRIO DAS INFRAÇÕES ÀS LEIS FISCAIS 595

*João Ricardo Catarino e Nuno Victorino*

1. Objetivos da aprendizagem	595
2. As disposições gerais	595
2.1. Âmbito de aplicação	597
2.2. A infração tributária	597
3. A atuação em nome de outrem	598
4. A responsabilidade das pessoas coletivas	598
5. Os crimes tributários em geral	602
5.1. As penas aplicáveis aos crimes tributários	603
5.2. A medida da pena	604
5.3. As penas acessórias e os seus pressupostos	604
5.4. Dispensa e atenuação especial da pena	606
6. As contraordenações tributárias em geral	606
6.1. Classificação das contraordenações	607
6.2. O dolo e a negligência	607
6.3. Montante e determinação da medida da coima	609
6.3.1. Sanções acessórias aplicadas às contraordenações	609
6.4. Direito à redução das coimas e seus requisitos	610

6.4.1. Requisitos do direito à redução da coima	611
6.5. Dispensa e atenuação especial das coimas	611
6.6. Prescrição do procedimento e das coimas	612
6.6.1. Prescrição das sanções contraordenacionais	612
7. O processo penal tributário	612
7.1. A notícia do crime e o flagrante delito	613
7.1.1. Medidas cautelares e de polícia	613
7.2. O inquérito	615
7.3. Prescrição, interrupção e suspensão do procedimento criminal	619
7.4. Suspensão da execução da pena de prisão	619
8. O processo contraordenacional tributário	620
8.1. Âmbito e competência	620
8.2. A base do processo	621
8.3. A investigação e a instrução	623
8.4. Notificação e defesa do infrator	625
8.5. A prova e os seus meios	625
8.6. A decisão de aplicação da coima. Requisitos	627
8.7. A extinção e arquivamento do Processo de contraordenação	629
8.8. As nulidades do processo de contraordenação	630
8.9. A suspensão do processo de contraordenação	630
8.10. O recurso da decisão de aplicação de coima	630
8.11. O recurso da sentença	631
9. Os crimes tributários em especial	631
9.1. Crimes tributários comuns	631
9.2. Crimes aduaneiros	631
9.3. Crimes fiscais	632
9.4. Crimes contra a segurança social	632
10. As contraordenações em especial	632
10.1. Contraordenações aduaneiras	632
10.2. Contraordenações fiscais	632
11. Um novo direito sancionatório aduaneiro?	633
12. Conclusões	635
13. Bibliografia	637

CAPÍTULO 15 – NOVOS RUMOS DA FISCALIDADE 639

*João Ricardo Catarino e Vasco Branco Guimarães*

1. Considerandos gerais	639
2. Novas centralidades dos sistemas tributários	641
3. Novos instrumentos e novas soluções internacionais estruturadas	643

